

No. 29071

**BRAZIL
and
MEXICO**

Framework Agreement for cooperation in treasury and financial matters. Signed at Brasília on 10 October 1990

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 30 July 1992.

**BRÉSIL
et
MEXIQUE**

**Accord-cadre de coopération financière et de trésor public.
Signé à Brasília le 10 octobre 1990**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 30 juillet 1992.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO FAZENDÁRIO-FINAN-
CEIRA ENTRE OS MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIO-
RES E DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SECRETARIA DA
FAZENDA E CRÉDITO PÚBLICO DOS ESTADOS UNIDOS
MEXICANOS

Os Ministérios das Relações Exteriores e da Economia, Fazenda
e Planejamento da República Federativa do Brasil

e

A Secretaria da Fazenda e Crédito Público dos Estados Unidos
Mexicanos
(doravante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO

Que a situação econômica internacional exige o fortalecimento
dos laços de cooperação entre os países da América Latina;

A necessidade de contar com um investimento que permita
aproveitar a infraestrutura técnica, operativa e institucional
existente no setor financeiro que sirva de base para levar a cabo ações
concretas visando a desenvolver as relações econômicas entre os dois
países;

A vontade das Partes em estreitar as relações fazendário-
financeiras.

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O objetivo do presente Acordo-quadro de Cooperação Fazendário-Financeira é o de impulsionar a cooperação nesta área e fortalecer os vínculos entre os setores financeiros de ambos os países.

ARTIGO II

Para esse fim, as Partes acordam em que a cooperação fazendário-financeira se efetuará através de um mecanismo de consulta e coordenação sobre temas financeiros internacionais de interesse mútuo e da assistência técnica mútua entre os respectivos organismos nacionais que tenham competência em matéria fazendário-financeira, assim como no apoio a projetos de complementação econômica entre ambos os países.

ARTIGO III

As Partes comprometem-se a intercambiar informações e, na medida do possível, a cooperar nas seguintes áreas:

- dívida externa;
- dívida intra-regional;
- organismos financeiros multilaterais e regionais;
- instrumentos de financiamento para a integração;
- programas de estabilização e privatização de empresas públicas;
- formulação e aplicação de políticas econômicas e financeiras;
- instituições bancárias comerciais;
- seguros e valores;
- organização fazendário-administrativa;

- outras áreas de interesse mútuo que ambas as Partes acordem.

ARTIGO IV

As Partes intercambiarão informações regularmente sobre suas dívidas externas e sobre as condições em que se realizem novos financiamentos externos, assim como sobre a reprogramação das mesmas.

ARTIGO V

As Partes convêm em intercambiar informações e experiências sobre a dívida intra-latino-americana, assim como em estabelecer um mecanismo de informação e consulta técnica para o funcionamento e a instrumentação de fórmulas para saldar a dívida intra-latino-americana, que sejam alternativos ou complementares ao pagamento em divisas, tais como a troca de dívida por ativos e o pagamento com dívida externa, de acordo com os compromissos assumidos no Grupo do Rio, ou qualquer outra modalidade que as equipes técnicas de ambos os países formulem.

ARTIGO VI

Tendo em vista que o Brasil e o México são membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outros organismos similares, seus respectivos diretores-executivos consultar-se-ão com vistas à coordenação de posições nos mencionados organismos.

ARTIGO VII

Da mesma forma, as duas Partes consultar-se-ão sobre os temas financeiros relacionados com o comércio internacional que sejam tratados em diferentes organismos internacionais.

ARTIGO VIII

As Partes incrementarão a cooperação entre os seus respectivos órgãos competentes a fim de fortalecer o intercâmbio comercial entre os dois países e apoiar os projetos industriais e de complementação econômica.

ARTIGO IX

Em matéria de programas de estabilização e privatização de empresas públicas, as Partes comprometem-se a trocar informações e experiências sobre os processos de privatização desenvolvidos nos respectivos países.

ARTIGO X

As Partes trocarão informações e experiências sobre a formulação e a aplicação de políticas econômicas e financeiras.

ARTIGO XI

As Partes trocarão informações e experiências sobre a política, o controle e a regulamentação das instituições bancárias comerciais de ambos os países, através de seus respectivos órgãos de regulamentação e controle.

ARTIGO XII

As Partes convêm em intercambiar experiências e informações com relação aos sistemas de seguros, valores e fianças que operam em cada país.

ARTIGO XIII

As Partes comprometem-se a trocar informações e experiências no que se refere às políticas e reformas introduzidas em suas respectivas organizações fazendário-administrativas.

ARTIGO XIV

1. A fim de coordenar as ações derivadas do presente Acordo-quadro, de assegurar melhores condições para sua aplicação e de contar com um mecanismo de acompanhamento, as Partes convêm em criar o Grupo de Assuntos Financeiros e Fazendários Brasil - México. O Grupo encarregar-se-á de promover, avaliar e supervisionar o cumprimento do

presente Acordo-quadro e para este fim reunir-se-á, alternadamente, no Brasil e no México nas datas acordadas pelas Partes e informará sobre o desenvolvimento de seus trabalhos à Subcomissão Mista de Cooperação Econômica e Comercial e esta, por sua vez, à Comissão Mista de Coordenação brasileiro - mexicana. -

2. O Grupo de Assuntos Financeiros e Fazendários será integrado por funcionários do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento do Brasil e da Secretaria da Fazenda e Crédito Público do México, os quais serão designados por seus respectivos Governos por ocasião de cada uma das reuniões. Para temas que requeiram tratamento particular, participarão funcionários dos setores financeiros de ambos os países.

3. O financiamento dos programas de trabalho a que se refere a presente disposição será acordado pelas Partes.

ARTIGO XV

Para a execução do presente Acordo-quadro o Grupo criado no Artigo anterior estabelecerá programas de trabalho anuais que compreendam os diversos aspectos e setores da cooperação.

ARTIGO XVI

Todo aviso, solicitação ou comunicação que as Partes devam dirigir-se em decorrência do presente Acordo-quadro se efetuará por escrito, sempre que as Partes não acordarem, igualmente por escrito, de outro modo. Essa atividade estará a cargo, pela Parte brasileira, do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e, pela Parte mexicana, da Direção Geral de Assuntos Fazendários Internacionais da Secretaria da Fazenda e Crédito Público.

ARTIGO XVII

As Partes convêm em prestar sua colaboração quando as atividades que desejem realizar na execução do presente Acordo-quadro requeiram a participação de outros organismos e instituições de seus respectivos países.

ARTIGO XVIII

1. Cada uma das Partes comunicará à outra, por via diplomática, do cumprimento dos requisitos legais internos necessários à sua entrada em vigor, a qual se dará na data do recebimento da segunda notificação.

2. O Acordo terá vigência de três anos e será prorrogado automaticamente por prazos similares a menos que uma das Partes notifique à outra, por escrito, com seis meses de antecedência, sua intenção de denunciá-lo.

Feito em Brasília, aos 10 dias do mês de outubro de 1990, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Ministério
das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

FRANCISCO REZEK

Pela Secretaria
da Fazenda e Crédito Público
dos Estados Unidos Mexicanos:

[Signed — Signé]

PEDRO ASPE ARMELLA

Pelo Ministério
da Economia, Fazenda e Planejamento
da República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO MARCO DE COOPERACIÓN HACENDARIO-FINANCIERA ENTRE LOS MINISTERIOS DE RELACIONES EXTERIORES Y DE ECONOMÍA, HACIENDA Y PLANIFICACIÓN DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA SECRETARÍA DE HACIENDA Y CRÉDITO PÚBLICO DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Los Ministerios de Relaciones Exteriores y de Economía, Hacienda y Planeación de la República Federativa del Brasil y La Secretaría de Hacienda y Crédito Público de los Estados Unidos Mexicanos, denominados de ahora en adelante "las Partes",

CONSIDERANDO

- Que la situación económica internacional exige el fortalecimiento de los lazos de cooperación entre los países de América Latina,

- La necesidad de contar con un instrumento que permita aprovechar la infraestructura técnica, operativa e institucional existente en el sector financiero, que sirva de base para llevar a cabo acciones concretas orientadas a desarrollar las relaciones económicas entre los dos países,

- La voluntad de las Partes de estrechar las relaciones hacendario-financieras.

Acordaron lo siguiente:

ARTICULO 1

El objetivo del presente Acuerdo Marco de Cooperación Hacendario-Financiera, es el de impulsar la cooperación en esta

materia y fortalecer los vínculos entre los sectores financieros de ambos países.

ARTICULO 2

Para tal efecto, ambas Partes acuerdan que la cooperación hacendario-financiera se efectuará a través de un mecanismo de consulta y coordinación en cuanto a temas financieros internacionales de interés mutuo, y de asistencia técnica mutua entre los organismos nacionales respectivos que tengan competencia en materia hacendario-financiera, así como en apoyo a proyectos de complementación económica entre ambos países.

ARTICULO 3

Las Partes se comprometen a intercambiar información y, en la medida de lo posible, a cooperar en las siguientes áreas.

- Deuda externa;
- Deuda intrarregional;
- Organismos Financieros Multilaterales y Regionales;
- Instrumentos de Financiamiento para la integración,
- Programas de estabilización y privatización de empresas públicas,
- Formulación y aplicación de políticas económicas y financieras,
- Banca Comercial;
- Seguros y valores,

- Organización hacendario-administrativa;
- Otras áreas de interés mutuo que ambas Partes acuerden.

ARTICULO 4

Ambas Partes mantendrán regularmente intercambio de información sobre su deuda externa y las condiciones en que se realice el nuevo financiamiento externo, así como la reprogramación de las mismas.

ARTICULO 5

Las Partes convienen en intercambiar información y experiencias en relación a la deuda intralatinoamericana, así como establecer un mecanismo de información y consulta técnica para el funcionamiento e instrumentación de fórmulas para saldar deuda intralatinoamericana, alternos o complementarios al pago de divisas, tales como el intercambio de deuda por activos y el pago con deuda externa, de acuerdo a los compromisos alcanzados en el Grupo de Rio, o cualquier otra modalidad que los equipos técnicos de ambos países formulen.

ARTICULO 6

En virtud de que Brasil y México son miembros del Banco Interamericano de Desarrollo y de otros organismos similares, sus respectivos Directores Ejecutivos se consultarán con miras a la coordinación de posiciones en dichos organismos.

ARTICULO 7

Similarmente, las dos Partes se consultarán sobre los temas financieros relacionados con el comercio internacional que se traten en diferentes organismos internacionales.

ARTICULO 8

Ambas Partes fomentarán la cooperación entre sus respectivos organismos competentes, a fin de fortalecer el intercambio comercial entre los dos países y apoyar los proyectos industriales y de complementación económica.

ARTICULO 9

En materia de programas de estabilización y privatización de empresas públicas, ambas Partes se comprometen a intercambiar información y experiencias sobre los procesos de privatización desarrollados en los respectivos países.

ARTICULO 10

Las Partes intercambiarán información y experiencia sobre la formulación y aplicación de políticas económicas y financieras.

ARTICULO 11

Las Partes intercambiarán información y experiencias sobre la política, control y regulación de la banca comercial de ambos países, a través de sus respectivos órganos de regulación y control.

ARTICULO 12

Las Partes convienen en intercambiar experiencias e información en relación a los sistemas de seguros, valores y fianzas que operan en cada país.

ARTICULO 13

Las Partes se comprometen a intercambiar información y experiencias en relación a las políticas y reformas introducidas en sus respectivas organizaciones hacendario-financieras.

ARTICULO 14

Con el fin de coordinar las acciones derivadas del presente Acuerdo, de asegurar mejores condiciones para su aplicación y de contar con un mecanismo de seguimiento, las Partes convienen en crear el Grupo de Asuntos Financieros y Hacendarios Brasil-México. El Grupo se encargará de promover, evaluar y vigilar el cumplimiento del presente Acuerdo, para lo cual se reunirá en forma alternada en Brasil y en México en las fechas acordadas por ambas partes, e informará de sus labores a la Subcomisión Mixta de Cooperación Económica y Comercial y ésta a su vez a la Comisión Mixta de Coordinación Brasileño-Mexicana.

El Grupo de Asuntos Financieros y Hacendarios Brasil-México estará integrado por funcionarios de los Ministerios de Relaciones Exteriores y de Economía, Hacienda y Planeación de Brasil y de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público de México, los cuales serán designados por sus respectivos Gobiernos en ocasión de

cada una de las reuniones. Para temas que requieran tratamiento particular, participarán funcionarios de los sectores financieros de ambos países.

El financiamiento de los Programas de Trabajo a que se refiere la presente disposición, será convenido por las Partes.

ARTICULO 15

Para la ejecución del presente Acuerdo, el Grupo creado en el Artículo anterior establecerá programas de trabajo anuales que comprendan los diversos aspectos y sectores de la cooperación.

ARTICULO 16

Todo aviso, solicitud o comunicación que las Partes deban dirigirse en virtud del presente Acuerdo se efectuará por escrito al destinatario a menos que las partes convengan por escrito de otra manera. Por la parte Brasileña esta actividad se llevará a cabo a través del Departamento Económico del Ministerio de Relaciones Exteriores y del Departamento de Asuntos Internacionales del Ministerio de Economía, Hacienda y Planeación y por la Parte mexicana de la Dirección General de Asuntos Hacendarios Internacionales de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público.

ARTICULO 17

Ambas Partes convienen en prestar su colaboración, cuando las actividades que deseen realizar en ejecución del presente Acuerdo, requieran de la participación de otros organismos e instituciones de sus respectivos países.

ARTICULO 18

Cada una de la Partes comunicará a la Otra, a través de la vía diplomática, del cumplimiento de sus requisitos legales, necesarios para su entrada en vigor, la cual se dará en la fecha de recepción de la segunda notificación. El Acuerdo tendrá una vigencia de tres años y se prorrogará automáticamente por plazos similares, a menos que una de las Partes notifique por escrito a la Otra, con seis meses de anticipación su intención de denunciarlo.

El presente Acuerdo se suscribe en la ciudad de Brasilia, a los 30 días del mes de octubre del año de mil novecientos noventa, en dos ejemplares en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Ministerio
de Relaciones Exteriores
de la República Federativa del Brasil:

[Signed — Signé]

FRANCISCO REZEK

Por la Secretaría
de Hacienda y Crédito Público
de los Estados Unidos Mexicanos:

[Signed — Signé]

PEDRO ASPE ARMELLA

Por el Ministerio
de Economía, Hacienda y Planeación
de la República Federativa del Brasil:

[Signed — Signé]

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO

[TRANSLATION — TRADUCTION]

FRAMEWORK AGREEMENT¹ FOR COOPERATION IN TREASURY AND FINANCIAL MATTERS BETWEEN THE MINISTRIES OF FOREIGN AFFAIRS AND OF ECONOMIC AFFAIRS, THE TREASURY AND PLANNING OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE SECRETARIAT OF THE TREASURY AND PUBLIC CREDIT OF THE UNITED MEXICAN STATES

The Ministries of Foreign Affairs and of Economic Affairs, the Treasury and Planning of the Federative Republic of Brazil and

The Secretariat of the Treasury and Public Credit of the United Mexican States, hereinafter described as the “Parties”,

Considering

That the international economic situation calls for the strengthening of the bonds of cooperation between the countries of Latin America;

The need for machinery designed to take advantage of existing technical, operative and institutional infrastructure in the financial sector and to provide a basis for carrying out specific action to develop the economic relations existing between the two countries;

The desire of the Parties to have closer Treasury and financial relations,

Have agreed as follows:

Article I

The object of this Framework Agreement for Cooperation in Treasury and Financial Matters is to promote cooperation in this field and to strengthen the ties between the financial sectors in the two countries.

Article II

For this purpose, both Parties agree that cooperation in Treasury and financial matters shall be carried out through consultation and coordination machinery with regard to international financial matters of mutual interest; through mutual technical assistance between the respective national institutions competent in the field of Treasury and financial relations; and through support for projects of economic complementarity between the two countries.

Article III

The Parties undertake to exchange information and, in so far as possible, to cooperate in the following areas:

- Foreign debt;
- Intraregional debt;

¹ Came into force on 15 May 1992, the date of receipt of the last of the notifications by which the Parties informed each other of the completion of their legal formalities, in accordance with article XVIII (1).

- Multilateral and regional financial institutions;
- Financing instruments for integration;
- Stabilization and privatization programmes for public enterprises;
- Formation and application of economic and financial policies;
- Commercial banking;
- Insurance and securities;
- Treasury-administration organization;
- Other areas of mutual interest as agreed by both Parties.

Article IV

Each Party shall regularly exchange information with the other concerning its foreign debt, the terms of new external financing, and the rescheduling of its foreign debt.

Article V

The Parties agree to exchange information and experience with regard to debt within Latin America and to establish machinery for information and technical consultation concerning the functioning and implementation of debt payment formulas within Latin America as alternatives or additions to payment in currency, such as swapping debt for assets or payment with foreign debt, in accordance with the agreements reached in the Rio Group, or any other method elaborated by technical teams from both countries.

Article VI

By virtue of Brazil's and Mexico's membership in the Inter-American Development Bank and other similar institutions, their respective executive directors shall consult each other with a view to coordinating their positions in those institutions.

Article VII

Similarly, the two Parties shall consult each other on financial matters involving international trade which are dealt with by various international organizations.

Article VIII

The Parties shall promote cooperation between their respective competent institutions, with a view to strengthening trade between the two countries and supporting industrial projects and projects of economic complementarity.

Article IX

In respect of programmes for the stabilization and privatization of public enterprises, the Parties undertake to exchange information and experience regarding the privatization process in their respective countries.

Article X

The Parties shall exchange information and experience with regard to the formulation and implementation of economic and financial policies.

Article XI

The Parties shall exchange information and experience with regard to commercial banking policies, control and regulation in each country, through their respective regulatory and control agencies.

Article XII

The Parties agree to exchange experience and information with regard to the systems of insurance, securities and bonds operating in each country.

Article XIII

The Parties undertake to exchange information and experience with regard to policies and reforms introduced in their respective Treasury-administrative organizations.

Article XIV

1. In order to coordinate the actions arising out of this Agreement, ensure the best conditions for their implementation, and provide a follow-up mechanism, the Parties agree to establish a Brazil-Mexico Group of Financial and Treasury Affairs. The Group shall be responsible for promoting, evaluating and supervising the implementation of this Agreement and for that purpose shall meet alternately in Brazil and Mexico on the dates agreed upon by both Parties and shall report on its work to the Joint Subcommission on Economic and Trade Cooperation, which in turn shall report to the Brazilian-Mexican Joint Coordinating Commission.

2. The Group of Financial and Treasury Affairs shall be composed of officials from the Ministry of Foreign Affairs and the Ministry of Economic Affairs, the Treasury and Planning of Brazil and from the Secretariat of the Treasury and Public Credit of Mexico, who shall be appointed by their respective Governments on the occasion of each meeting. In the case of issues requiring special treatment, officials from the financial sectors of each country shall participate.

3. The financing of the programmes of work referred to in this provision shall be agreed by both Parties.

Article XV

For the purpose of executing this Agreement, the Group provided for in the previous article shall establish annual programmes of work which shall cover the various dimensions and sectors of cooperation.

Article XVI

Any notice, request or communication that the Parties have to convey to each other by virtue of this Agreement shall be transmitted to the addressee in writing unless the Parties agree otherwise in writing. For Brazil, this activity shall be carried out by the Economic Division of the Ministry of Foreign Affairs and by the Division of International Affairs of the Ministry of Economic Affairs, the Treasury and Planning, and for Mexico, by the Office of International Treasury Affairs of the Secretariat of the Treasury and Public Credit.

Article XVII

The Parties agree to cooperate when the activities that they wish to carry out pursuant to this Agreement require the participation of other bodies and institutions from their respective countries.

Article XVIII

1. Each Party shall inform the other, through the diplomatic channel, of the completion of the legal formalities required for the entry in force of this Agreement, which shall take effect on the date of receipt of the second notification.

2. The Agreement shall remain in force for three years and shall be automatically extended for similar periods, unless one of the Parties notifies the other in writing, with six months' prior notice, of its intention to denounce it.

DONE at Brasília, on 10 October 1990, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Ministry
of Foreign Affairs
of the Federative Republic of Brazil:

FRANCISCO REZEK

For the Secretariat
of the Treasury and Public Credit
of the United Mexican States:

PEDRO ASPE ARMELLA

For the Ministry
of Economic Affairs,
the Treasury and Planning
of the Federative Republic of Brazil:

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD-CADRE¹ DE COOPÉRATION FINANCIÈRE ET DE TRÉSOR PUBLIC ENTRE LES MINISTÈRES DES RELATIONS EXTÉRIEURES ET DE L'ÉCONOMIE, DES FINANCES ET DE LA PLANIFICATION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE SECRÉTARIAT AUX FINANCES ET AU CRÉDIT PUBLIC DES ÉTATS-UNIS DU MEXIQUE

Les Ministères des relations extérieures et de l'économie, des finances et de la planification de la République fédérative du Brésil et

Le Secrétariat aux finances et au crédit public des Etats-Unis du Mexique (ci-après dénommés « les Parties »),

Considérant

Que la situation économique internationale exige le renforcement des liens de coopération entre les pays de l'Amérique latine;

La nécessité de disposer d'un instrument permettant de tirer profit de l'infrastructure technique, opérative et institutionnelle existant dans le secteur financier, et qui puisse servir de base pour mener à bien des actions concrètes visant à développer les relations économiques entre les deux pays;

La volonté des Parties de resserrer les relations financières et de trésorerie;

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

L'objectif du présent Accord-cadre de coopération financière et de Trésor public consiste à favoriser la coopération dans ce domaine et à renforcer les liens entre les secteurs financiers des deux pays.

Article II

A cette fin, les Parties conviennent que la coopération financière et de Trésor public s'effectuera par l'intermédiaire d'un mécanisme de consultation et de coordination concernant les questions financières internationales d'intérêt mutuel et d'assistance technique mutuelle entre les organismes nationaux respectifs ayant une compétence en matière de finances et de Trésor public, et par un appui à des projets de complémentarité économique entre les deux pays.

Article III

Les Parties s'engagent à échanger des informations et, dans toute la mesure possible, à coopérer dans les domaines suivants :

- Dette extérieure;
- Dette intrarégionale;

¹ Entré en vigueur le 15 mai 1992, date de réception de la dernière des notifications par lesquelles les Parties se sont informées de l'accomplissement des formalités légales intérieures nécessaires, conformément au paragraphe 1 de l'article XVIII.

- Organismes financiers multilatéraux et régionaux;
- Instruments de financement pour l'intégration;
- Programmes de stabilisation et de privatisation d'entreprises publiques;
- Formulation et application de politiques économiques et financières;
- Institutions bancaires commerciales;
- Assurances et valeurs;
- Organisation financière-administrative;
- Autres domaines d'intérêt mutuel convenus par les deux Parties.

Article IV

Les Parties échangeront régulièrement des informations sur leurs dettes extérieures et sur les conditions de réalisation de nouveaux financements extérieurs, ainsi que sur la reprogrammation desdites dettes.

Article V

Les Parties conviennent d'échanger des informations et des expériences sur la dette intra-latino-américaine, ainsi que d'établir un mécanisme d'information et de consultation technique pour le fonctionnement et la mise en œuvre de formules visant à régler la dette intra-latino-américaine, remplaçant ou complétant le paiement en devises, telles que l'échange de dettes contre des actifs et/ou le paiement avec dette extérieure, conformément aux engagements pris au Groupe de Rio, ou toute autre modalité qui serait formulée par les équipes techniques des deux pays.

Article VI

Tenant compte du fait que le Brésil et le Mexique sont membres de la Banque interaméricaine de développement et d'autres organismes similaires, les Directeurs exécutifs des deux pays se consulteront en vue de la coordination des positions dans les organismes en question.

Article VII

De même, les deux Parties se consulteront sur les questions financières relatives au commerce international dont il est traité dans divers organismes internationaux.

Article VIII

Les Parties favoriseront l'accroissement de la coopération entre leurs organismes compétents respectifs, afin de renforcer les échanges commerciaux entre les deux pays et de soutenir les projets industriels et de complémentarité économique.

Article IX

En matière de programmes de stabilisation et de privatisation d'entreprises publiques, les Parties s'engagent à échanger des informations et des expériences concernant les processus de privatisation mis au point dans les pays respectifs.

Article X

Les Parties échangeront des informations et des expériences concernant la formulation et la mise en œuvre de politiques économiques et financières.

Article XI

Les Parties échangeront des informations et des expériences concernant la politique, le contrôle et la réglementation des institutions bancaires commerciales des deux pays, par l'intermédiaire de leurs organismes respectifs de réglementation et de contrôle.

Article XII

Les Parties conviennent d'échanger des expériences et des informations concernant les systèmes d'assurances, de valeurs et de finances fonctionnant dans chaque pays.

Article XIII

Les Parties s'engagent à échanger des informations et des expériences en ce qui concerne les politiques et les réformes introduites dans leurs organisations administratives et de trésorerie respectives.

Article XIV

1. Afin de coordonner les actions découlant du présent Accord-cadre, d'assurer de meilleures conditions pour leur mise en œuvre et de disposer d'un mécanisme d'accompagnement, les Parties conviennent de créer un Groupe des affaires financières et de trésorerie Brésil-Mexique. Le Groupe se chargera de promouvoir, d'évaluer et de surveiller l'application du présent Accord-cadre, et à cette fin se réunira alternativement au Brésil et au Mexique aux dates convenues par les Parties et fera rapport sur l'avancement de ses travaux à la Sous-Commission mixte de coopération économique et commerciale, et cette dernière, à son tour, à la Commission mixte de coordination brésil-mexicaine.

2. Le Groupe des affaires financières et de trésorerie sera composé de fonctionnaires du Ministère des relations extérieures et du Ministère de l'économie, des finances et de la planification du Brésil et du Secrétariat aux finances et au crédit public du Mexique, lesquels seront désignés par leurs Gouvernements respectifs à l'occasion de chacune des réunions.

3. Le financement des programmes de travail auxquels se réfère la présente disposition sera convenu par les Parties.

Article XV

Pour l'exécution du présent Accord-cadre, le Groupe créé en vertu de l'article qui précède établira des programmes de travail annuels comprenant les divers aspects et secteurs de la coopération.

Article XVI

Tout avis, demande ou communication que les Parties devront s'adresser en vertu du présent Accord-cadre, devra être effectué par écrit, à moins que les Parties ne conviennent, également par écrit, d'une autre modalité. Pour la Partie brésilienne, cette activité sera assumée par le Département de l'économie du Ministère des relations extérieures et par le Département des affaires internationales du Ministère de l'économie, des finances et de la planification et, pour la Partie mexicaine, par la Direction générale des affaires financières internationales du Secrétariat aux finances et au crédit public.

Article XVII

Les Parties conviennent d'apporter leur collaboration lorsque les activités qu'elles désirent réaliser en exécution du présent Accord-cadre exigent la participation d'autres organismes et institutions de leurs pays respectifs.

Article XVIII

1. Chacune des Parties fera part à l'autre, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des formalités légales intérieures nécessaires pour l'entrée en vigueur du présent Accord, laquelle interviendra à la date de la réception de la seconde notification.

2. L'Accord aura une durée de validité de trois ans et sera prorogé automatiquement par périodes similaires, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, par écrit, six mois à l'avance, son intention de le dénoncer.

FAIT à Brasília, le 10^e jour du mois d'octobre 1990, en deux exemplaires, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Ministère
des relations extérieures
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

FRANCISCO REZEK

Pour le Secrétariat
aux finances et au crédit public
des Etats-Unis du Mexique :

[Signé]

PEDRO ASPE ARMELLA

Pour le Ministère
de l'économie, des finances
et de la planification
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

ZÉLIA CARDOSO DE MELLO
